

RACISMO ESTRUTURAL E NECROPOLÍTICA: a juventude marcada como alvo no governo Bolsonaro

Marcia Beatriz Rodrigues Gonzaga da Silva¹
 Andressa Maria Diogo da Silva²
 Erica Aparecida de Souza³
 Mariana Bessa Gurgel⁴
 Rachel Araujo de Matos⁵

RESUMO

O racismo é estrutural à formação sócio-histórica brasileira e se configura como determinante para a violência e homicídio da população negra, jovem e da periferia, sobretudo no governo Bolsonaro. O trabalho teve como objetivo analisar as implicações do racismo estrutural e da necropolítica no homicídio da juventude negra no referido governo. Para tanto, a pesquisa se ancorou na teoria social crítica para entender o objeto estudado para além da sua mera aparência, o considerando em sua totalidade. O artigo também fez uso de abordagem qualitativa-quantitativa, por meio do acervo bibliográfico e documental. Conclui-se a partir das análises que as juventudes brasileiras, negras e periféricas, em seus diferentes modos de ser jovem, estão marcadas para morrer em uma sociedade projetada pelo racismo estrutural e guiada pela necropolítica, que trata suas vidas como alvos descartáveis, sendo mortas pela omissão da máquina estatal ou através de suas mãos. Realidade materializada pelo governo Bolsonaro.

¹ Mestranda do Programa de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará - MASS/UECE; Bolsista CAPES; Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará/UECE; marcia.beatriz@aluno.uece.br.

² Mestranda do Programa de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará (MASS/UECE); Bolsista da FUNCAP; Assistente Social; andressa.diogo@aluno.uece.br.

³ Mestranda do Programa de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista da CAPES. Bacharela em Serviço Social pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Ceará (IFCE), Campus Iguatu; ericamomequita@gmail.com.

⁴ Mestranda do Programa de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará (MASS/UECE); Bolsista da FUNCAP Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); mariana.bessa@aluno.uece.br.

⁵ Mestranda do Programa de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará (MASS/UECE); Bolsista da CAPES; Assistente Social pelo Instituto Federal do Ceará (IFCE); Especialista em Saúde Mental Coletiva pela Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE); rachel.araujo@outlook.com.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Palavras-chave: Juventude 1; Necropolítica 2. Racismo Estrutural 3.

ABSTRACT

Racism is structural to the Brazilian socio-historical formation and is configured as a determinant for the violence and homicide of the black, young and periphery population, especially in the Bolsonaro government. The objective of this work was to analyze the implications of structural racism and necropolitics in the homicide of black youth in the Bolsonaro government. Therefore, the research was anchored in critical social theory to understand the studied object beyond its mere appearance, considering it in its entirety. The article also used a qualitative-quantitative approach, through the bibliographic and documentary collection. It is concluded from the analyzes that Brazilian youth, black and peripheral, in their different ways of being young, are marked to die in a society designed by structural racism and guided by necropolitics, which treats their lives as disposable targets, being killed by the omission of the state machine or through its hands. Reality materialized by the Bolsonaro government.

Keywords: Youth. Necropolitics. Structural Racism

1 INTRODUÇÃO

O racismo é uma questão estrutural na sociedade brasileira. Desta forma, a violência e o homicídio contra a juventude perpassa a questão racial. Esse público é um dos principais alvos da necropolítica no país, uma realidade bem visualizada no governo Bolsonaro. Assim sendo, vale destacar que, conforme os dados divulgados no Atlas da Violência (2021), no ano de 2019, registrou-se no país o número de 333.330 assassinatos de pessoas entre 15 a 29 anos, no período entre 2009 e 2019. A população jovem representou mais da metade das vítimas no ano de 2019, com uma taxa de 53% dos homicídios. Ressalta-se que tais homicídios se configuram como a principal causa da mortalidade juvenil no Brasil.

O perfil apresentado no relatório citado acima, demonstra que são jovens do sexo masculino, pretos e periféricos, que se encontram como alvos do Estado repressor e punitivista. Um contexto que se expressa também quando 77% das vítimas de homicídios são pessoas negras, assim como quando a chance de uma pessoa negra ser assassinada é 2,6 vezes maior do que uma pessoa não negra (CERQUEIRA et al., 2021). Esse é um cenário que indica para quem se direciona à política de violência armada no Brasil e demonstra, de forma muito expressiva, a

PROMOÇÃO



APOIO



questão da desigualdade racial no país, que reverbera incisivamente na população jovem, preta, pobre e da periferia.

Partindo do pressuposto, o trabalho em questão teve como objetivo analisar as implicações do racismo estrutural e da necropolítica no homicídio da juventude negra no cenário contemporâneo brasileiro, especificamente no governo Bolsonaro. Para tanto, a presente pesquisa se ancorou no materialismo histórico-dialético pela importância e necessidade de entender o objeto estudado para além da sua mera aparência, o considerando em sua totalidade. Algo que só foi possível a partir de aproximações sucessivas com a realidade estudada. O trabalho também fez uso de abordagem qualitativa-quantitativa, por meio do acervo bibliográfico e documental, articulando as teorias desenvolvidas por pesquisadores (as) da temática.

Diante do que foi apresentado, para melhor apresentação dos resultados, o texto se estruturou em dois tópicos. A primeira parte traz as discussões acerca da juventude brasileira e do racismo estrutural. Posteriormente, caracteriza-se a necropolítica e as suas conexões com os juvenicídios, sobretudo no governo Bolsonaro.

2 JUVENTUDE(S) E RACISMO ESTRUTURAL

Na pirâmide etária brasileira, de acordo com o IBGE (2022), a juventude, período que abarca a faixa etária de 15 a 29 anos, representa aproximadamente 1/4 da população, mais de 50 milhões de sujeitos. Não obstante, a conceituação do que é ser jovem não é simplesmente determinada por um intervalo de idades. A juventude compõe uma categoria social que envolve sujeitos em seus diferentes pertencimentos de classe, de territorialidade, de gênero, de sexualidade, de religião, de questões étnico-raciais e de comunidades. Esse conceito é tão diverso que se faz necessário pensar em “juventudes”, retirando-o desse lugar de unidade que generaliza sujeitos de múltiplas identidades (Moretin, 2019).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Como seres sociais, são reflexos de uma sociedade plural e, diante da sociabilidade capitalista, desigual. Observa-se, assim, que para analisar a condição juvenil é fundamental ir além do fator etário e compreender as condições sociais, culturais e econômicas em que são postas suas vivências (Marinho, 2016).

Para a juventude negra e periférica, maioria no Brasil, os modos de ser jovem são marcados por profundos traços de miséria e violência, afastados de seus direitos sociais. No Brasil contemporâneo, esses sujeitos sociais possuem vivências carregadas pelo racismo e o genocídio, características da formação colonial escravagista brasileira em uma roupagem absorvida pelas relações capitalistas.

Principais vítimas da violência urbana, alvos prediletos dos homicidas e dos excessos policiais, os jovens negros lideram o ranking dos que vivem em famílias consideradas pobres e dos que recebem os salários mais baixos do mercado. Eles encabeçam, também, a lista dos desempregados, dos analfabetos, dos que abandonam a escola antes de tempo e dos que têm maior defasagem escolar. (Bento & Beghin, 2005, p.194)

Conforme apresentado acima, a violência contra adolescentes e jovens registra uma das maiores taxas de homicídios no país. Quando se relaciona a taxa de homicídios contra adolescentes e jovens com a questão da desigualdade racial o resultado é ainda mais assustador, “a desigualdade racial se perpetua nos indicadores sociais da violência ao longo do tempo e parece não dar sinais de melhora, mesmo quando os números mais gerais apresentam queda” (CERQUEIRA et al., 2021, p.49), em média, registra-se o assassinato de 64 jovens por dia no país. Dentre eles, existe um perfil predominante que pode levar um jovem a ser vítima de homicídio, são jovens do sexo masculino, pretos e periféricos, como afirma o Atlas da Violência (2021).

Nesse sentido, destaca-se que o debate sobre racismo no Brasil tem tomado maiores proporções nos últimos anos e, embora tenha alcançado amplitude nacional e internacional, essa discussão está longe de ganhar a centralidade que merece. Ainda assim, na maioria das vezes, essa visibilidade surge, seja na forma de ofensas racistas a repórteres, artistas, jogadores e influenciadores, seja através de casos

PRÓMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

como os de Breonna Taylor, Michael Brown, Eric Garner e George Floyd sendo, em parte, por essas vias que a comoção se manifesta e alcança proporções internacionais. O que os casos dessas pessoas têm em comum? Foram assassinados por policiais. Sobre isso, é pertinente fazer o seguinte questionamento: quantos Brown's, Garner's e Floyd's precisam morrer para que essa estrutura racista mude? E quanto aos José's, João's e Antonio's que são assassinados por arma de fogo todos os dias no Brasil e não são noticiados?

Segundo dados extraídos do IBGE/PNAD, a população de pretos e pardos no Brasil até o 3º trimestre de 2022 representa 55,8% das pessoas. Ao analisar os dados sobre violência se ver que, de acordo com o Atlas da Violência (2021), no ano de 2019, das vítimas de homicídio registradas 75,5% foram indivíduos negros. E a barbárie não se encerra, segundo dados da Anistia internacional, dos 30 mil jovens assassinados por ano 77% são negros. Além disso, a cada 17 minutos um jovem negro é assassinado no nosso país.

Diante desse contexto de barbarização da vida negra, é possível que se perceba de onde parte essa realidade tão cruel, fala-se de um país que carrega em sua estrutura um racismo arraigado ainda do período colonial. Um racismo que se consolidou como processo político enquanto um processo sistêmico de discriminação que influenciou e influencia a organização de uma sociedade que se tornou dependente de poder político (ALMEIDA, 2019, p.52).

Discute-se um país onde as políticas e demandas relacionadas ao “bem viver” da população preta são sempre postas em segundo plano ou vistas pelo viés da moralidade, fora os silenciamentos nas diversas áreas da sociedade. As violências acima evidenciadas refletem ainda aspectos e dispositivos de poder que propiciam a opressão e subalternização de corpos através de práticas de controle e ações eugenistas. O exemplo disso já foi apresentado, uma vez que a polícia, nesses casos, funciona como braço coercitivo do Estado.

Compreende-se também, que o racismo é fundante da sociedade brasileira e repercute em todas as relações sociais oriundas do colonialismo, é possível perceber

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

o caráter definidor de papel social, delegando a grupos racialmente subalternizados um lugar à margem nas periferias, sobretudo no submundo das opiniões do senso comum. Uma realidade explícita durante o governo bolsonarista quando foram disseminadas falas problemáticas pelo ex-presidente ao trazer que “a escravidão foi benéfica para o desenvolvimento do país” e que “os negros escravizavam os próprios negros”, falas estas que contribuíram/contribuem diretamente para o citado processo de subalternização da população negra.

Em consonância com o que foi citado, Moura (2019) destaca que, estudar a sociedade brasileira, em suas diversas perspectivas, tem sido um processo atravessado por preconceitos acadêmicos e institucionais. A exemplo do que foi dito, cita-se o projeto eugenista que foi assimilado no nosso país através de teorias pseudocientíficas que pretendiam comprovar a inferioridade dos povos negros, povos originários e o resultado da miscigenação destes. O médico e antropólogo maranhense Raimundo Nina Rodrigues, foi uma figura de destaque na defesa deste projeto, ele acreditava que “moléstias psíquicas” como alcoolismo, epilepsia e alienação eram o resultado de cruzamentos interraciais (sobretudo de raças consideradas inferiores) como as que ocorriam entre negros, indígenas e mestiços de ambas as raças. Além de acreditar haver no povo negro uma pré-disposição à criminalidade.

Tais ideais serviram de alicerce para a construção da imagem subalternizada da negritude no Brasil, podendo também explicar o racismo estrutural que circunda nossa sociabilidade. Para Silvio de Almeida (2019), por ser processo estrutural, o racismo é também processo histórico. Desse modo, não se pode compreender o racismo apenas como derivação automática dos sistemas econômico e político. A especificidade da dinâmica estrutural do racismo está ligada às peculiaridades de cada formação social. Através deste alicerce foram também criadas as políticas e leis responsáveis por dificultar a vida do povo negro no Brasil.

A exemplo disso, cita-se o modelo de Segurança Pública que tem heranças de um passado colonizador, criando mecanismos de controle brutais para conter as

PROMOÇÃO





chamadas “classes perigosas” através da repressão e do encarceramento. Isso reverberou na construção de um código penal que foi pensado para ser repressor e punitivista e que representa a ideologia da classe dominante, para criminalizar dentre outros grupos a população jovem, preta e periférica.

Diante disso, percebe-se que essas são expressões da manifestação de um racismo que é estrutural e que está relacionado diretamente com a violência e as taxas de homicídios contra as juventudes, vítimas da necropolítica do estado e das técnicas de governabilidade, evidentes no governo Bolsonaro que pregou o conservadorismo, o machismo, o racismo e outras opressões contra a população.

2.1 Necropolítica, juvenicídio e governo Bolsonaro

(...) *Correria tu se vira, Bobeou eles atira
Eles nem são bons de mira, Mas a ordem é matar
"Se não é alvo, aniquila, Porque o alvo é a
melanina
Pode estar com a família, Menino ou menina"
E na favela é mais uma chacina,
"Governador mandou mirar na cabecinha"
Polícia silencia e assassina, Necropolítica (...)
A cada 23 minutos, mais uma mãe preta chora
Coração apertado e ele só foi jogar bola
Se tiver atrasado, devagar, não corre agora,
A polícia não viu que era roupa da escola? (...)
(Música: Necropolítica - Bia Ferreira)*

Observa-se a existência de “formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror” (MBEMBE, 2018, p. 71), onde a cor da pele é uma marcador social que dita quem quem “pode viver” e quem deve “deixa morrer”. A violência no Brasil é resultado do processo histórico de colonização e escravização. O genocídio dos povos negros acontece há mais de 500 anos por meio de estratégias de extermínio que se renovam a cada período histórico e com o avanço das tecnologias.

PROMOÇÃO



APOIO

Sob esse viés, o alicerce brasileiro é marcado pela apropriação das terras indígenas, pela escravização dos povos trazidos da África e pela violência brutal contra essas pessoas. O desenvolvimento do Brasil se deu de forma desigual, onde a classe dominante detém a maior concentração de riqueza, “A desigualdade socioeconômica entre as pessoas é nítida, fator determinante para a produção da violência. Esta disparidade foi construída pela exclusão social durante o processo histórico” (BERNASKI; SOCHODOLAK, 2018, p.54). A violência tem suas raízes fincadas na desigualdade social.

Como se constata nos dados apresentados pelo Atlas da Violência (2021), sobre as taxas de homicídios no Brasil, a população mais atingida são as juventudes pretas, pobres e moradoras das periferias. De acordo com Barros *et al.* (2017, p. 1053) isso acontece “seja por conta de conflitos com a polícia, seja pela ação de grupos de extermínios e/ou, ainda, por conflitos territoriais decorrentes da disputa entre facções ligadas ao tráfico de drogas e armas”.

Diante desse contexto, é necessário apontar que a fragilização da democracia se coloca como um dos fatores que conduzem a elevação das violências e homicídios no Brasil, tendo em vista que as instituições hierárquicas utilizam a força para lidar com os conflitos sociais. E como falar em democracia com um ex-presidente que fazia apologia à ditadura militar em várias das suas falas? Sim, o anterior presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, proferia discursos frequentes de ataque à democracia e conseqüentemente à vida da população brasileira, sendo direcionadas mais especificamente à população jovem, preta, pobre e residente de zonas periféricas. E com o jargão “Bandido bom é bandido morto”, desde sua campanha eleitoral, explicitava sua política de retrocessos e de morte.

Em diálogo com o exposto, destaca-se o termo *juvenicídio* pensado por Valenzuela (2015) quando ele traz que essa expressão se traduz pela morte de jovens em todo o mundo. Uma morte que também é simbólica, fortalecida, inclusive, por falas e estigmas. Essa realidade está situada mais especificamente em países tidos como periféricos e com a economia capitalista desenvolvida tardiamente, tal como é o caso

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

do Brasil. Para ele o *juvenicídio* não se refere somente a intensificação de assassinatos/mortes contra jovens, mas diz respeito também à morte contra todos os âmbitos da sua vida. Seja na esfera econômica, cultural, educacional, de trabalho, na saúde, no lazer e nos seus territórios, tendo assim todos os seus direitos violados. Desta forma:

As mortes de juventudes indesejáveis não se dão apenas por seu extermínio propriamente dito, mas também por meio de suas invisibilizações sociais, pelas visibilidades estigmatizantes, pelos estados de morte em vida decorrentes da precariedade das políticas sociais, pelas situações de reclusão, de inclusão perversa e de exposição à morte em seus locais de moradia emblemática pela rotinização dos confrontos entre sujeitos pobres supostamente envolvidos no tráfico de drogas ilícitas e policiais nas favelas. (BARROS ET AL., 2017, p. 1057)

Analisando a distribuição diferencial do direito à vida, a pesquisadora Berenice Bento (2018) cria uma nova terminologia, denominada Necrobiopoder. A pesquisa desenvolvida por ela, é a partir dos estudos sobre o conceito de Necropoder de Achille Mbembe e do conceito de Biopoder de Michel Foucault. De acordo com Bento (2018), esses dois conceitos caminham juntos, na relação do estado com a sociedade. Desta forma, para explicar o conceito de Necrobiopoder, a autora enfatiza que:

O foco das minhas reflexões está no Estado, em um esforço para entender a relação entre biopolítica (dar a vida) e a necropolítica (promover a morte). Não terei como objeto de análise os efeitos do necrobiopoder nos atos de reconhecimento nas relações sociais difusas. As agressões e mortes das travestis; o ato de amarrar um homem negro a um poste; um jovem que tem a testa tatuada com a frase: “Sou ladrão e vacilão” [...] Certamente a violência difusa revela linhas de continuidades com o que estou chamando de necrobiopoder, conceito que proponho para interpretar um conjunto de técnicas de governabilidade. (BENTO, 2018, p.3)

Conforme apresentado pela autora, seus estudos abrangem as técnicas de governabilidade do estado, que para existir acaba produzindo zonas de morte, o “fazer viver e deixar morrer” deve ser pensado junto a história do Brasil. “O verbo “deixar” sugere que o Estado não irá desenvolver políticas de morte [...] há uma reiterada política de fazer morrer, com técnicas planejadas e sistemáticas.” (BENTO,

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

2018, p.4). De maneira direta e/ou indireta o estado tem o poder de declarar as pessoas que nasceram para viver e aquelas que devem ser mortas.

Ainda citando Bento (2018), existem técnicas de governabilidade para deixar morrer. O necrobiopoder direciona para a ação ou omissão do Estado que tem poder de dar à vida e/ou a morte a população mais vulnerável. Quando o Estado se anula na responsabilidade de cuidar, sua ação é traduzida como uma forma de esquecimento e desumanização desses corpos que podem ser eliminados a qualquer momento.

É nesse sentido que a “guerra às drogas”, é um dos principais instrumentos usado pelo Estado para deixar morrer. Uma guerra não é contra as drogas e sim contra a população jovem, pobre, preta e residentes das zonas periféricas que têm suas vidas ceifadas todos dias. É válido destacar que esse cenário se complexificou sobretudo no governo Bolsonaro, quando dentro de um contexto, já tão delicado de crise sanitária da pandemia da covid-19 no Brasil, intensificou essa política de morte tão perversa para a população em destaque.

Como não lembrar da chacina da favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, que matou mais de 25 pessoas na pandemia? Sim, infelizmente o governo Bolsonaro não poupou a vida da população jovem, negra e periférica em nenhum momento, pelo contrário, expandiu essa política genocida mesmo quando o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou uma resolução que impedia ações policiais nas favelas no contexto pandêmico.

Essa realidade, é reflexo de um racismo institucional e sistêmico que tomou contornos ainda mais complexos no governo Bolsonaro, e se colocou como determinante para a violência e morte da população negra, sobretudo jovens da periferia. É nessa direção que referente a essa contextura e esse antigo governo, Gonçalves e Albuquerque (2022) destacam que:

no contexto do afloramento do conservadorismo, das ideias da direita e da extrema direita, da expansão do neofascismo presente no atual governo, a guerra às drogas se intensifica como estratégia de punição não só de usuários (e seus familiares), mas, sobretudo, junto à classe trabalhadora, notadamente a juventude pobre, negra e periférica. A atual onda

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

conservadora nutre e opera as diversas formas de barbárie, guerras, conflitos, violências, com severa expansão das desigualdades sociais e forte seletivismo penal. (GONÇALVES & ALBUQUERQUE, 2022, p.13)

E para esse seletivismo penal acontecer, existe um perfil em evidência, apresentado pelo Atlas da Violência (2021) que é “esquecido” pelo estado para deixar morrer. “O suspeito, o bandido pode ser qualquer jovem que ande de camisa aberta, use boné, bermuda, chinelos e, principalmente, que seja negro.” (BENTO, p. 14, 2018). A juventude é rotulada por estereótipos preconceituosos que ligam a violência.

São essas juventudes pretas e periféricas que estão inseridas em diversos contextos, cada uma na sua singularidade, imersos em situações de risco, vivendo às margens da sociedade. Conforme Marinho et al. (2020), apontam para um cenário de homicídios que inverte a ordem cronológica de vida e morte, onde os jovens morrem primeiro que as pessoas mais velhas. Imbuídos numa sociedade preconceituosa e violenta, os jovens enfrentam um grande dilema, sobreviver nas margens, abandonados pelo Estado.

Diante do exposto, pode-se perceber que a população jovem, negra e da periferia sofre diariamente impactos das desigualdades raciais e da necropolítica, que se materializa nas políticas de morte, onde a luta constante das juventudes, se dá pela manutenção da sua existência, sobretudo em governos com ideologias neofascistas, como o do ex-presidente Bolsonaro. Uma realidade que impele mudanças estruturais e resistência.

3 CONCLUSÃO

Após se revisitar categorias como *Juventudes*, *Necropolítica* e *Racismo Estrutural*, observa-se através dessas discussões que as juventudes brasileiras, negras e periféricas, em seus diferentes modos de ser jovem, estão marcadas por uma política de segurança do estado que trata suas vidas como alvos descartáveis. Contexto esse reproduzido no país devido ao processo de formação sociohistórica

PROMOÇÃO



APOIO





escravagista que desumaniza e reprime a população negra, reproduzindo diversas violências que vão além da morte física.

Na cena do capitalismo contemporâneo, vê-se uma sociedade projetada pelo racismo estrutural, governada por um *modus operandi* guiado pela necropolítica, a política da morte, em que a maioria dos homicídios são cometidos contra a juventude negra, seja pela omissão do estado ou por suas próprias mãos, realidade materializada pelo governo Bolsonaro por meio de técnicas de governabilidade.

Diante dessa análise, percebe-se que as juventudes são expostas a cenários que geram diversos questionamentos e inquietações. Dentre eles se faz necessário refletir acerca das ações necessárias para romper com o genocídio que é produzido pelo mesmo aparelho estatal que cria as políticas públicas, para garantia de direitos das juventudes no país. Com isso, sugestiona-se aqui pesquisas que busquem evidenciar as opressões de classe, gênero e raça/etnia, na busca incessante pela emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. S. GONÇALVES, André de Menezes. PROIBICIONISMO E PUNITIVISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: políticas sobre drogas no governo Bolsonaro. In: **Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), XVII**, 2022, Rio de Janeiro. Disponível em: <00443.pdf (abepss.org.br)> Acesso em: 10 maio 2023.

BERNASKI, J. SOCHODOLAK, H. História da violência e sociedade brasileira. **Oficina Do Historiador**, 11(1), 43–60. jun, 2018. Disponível em:< <https://doi.org/10.15448/2178-3748.2018.1.24181>>. Acesso em: 14 maio 2023.

BENTO, M. A. da S.; BEGUIN, N. JUVENTUDE NEGRA E EXCLUSÃO RADICAL. **Boletim de Políticas Sociais**: Ipea, Brasília, 2005. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ENS_AIO4_Maria11.pdf>. Acesso em: 08 maio. 2023

BENTO, B. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. **Cadernos Pagu**, (53). 2018. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653413>>. Acesso em: 14 maio 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

CALMON, M. S. O genocídio do povo negro no Brasil: de Abdias do Nascimento ao mapa da violência. **Caderno Sisterhood**, v. 3, n. 3, 2019.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: Ipea; FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/212/atlas-da-violencia-2021>. Acesso em: 17 abr. 2023.

EVARISTO, C. A escrevivência serve também para as pessoas pensarem. [entrevista concedida a] Tayrine Santana e Alecsandra Zaparolli, **Itaú Social**, São Paulo, nov./2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>. Acesso em: 19 abr. 2023.

GOMES, F. B.; SILVA, J. M. Necropolíticas espaciais e juventude masculina: a relação entre a violência homicida e a vitimização de jovens negros pobres do sexo masculino. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), [S. l.], v. 21, n. 3, p. 703-717, 2017. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.127748. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/127748>. Acesso em: 17 abr. 2023.

GUEDES, I. de O.; ALBERTO, M. de F. P.; DA COSTA, R. R. A juventude vítima de homicídios na cidade de João Pessoa. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, 2021. DOI: 10.22456/2595-4377.111271. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/111271>. Acesso em: 17 abr. 2023.

GUIMARÃES, A. S. A. **Raça, cor da pele e etnia**. Cadernos de campo, São Paulo, n. 20, p. 265-271, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento: Estado e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2021.

MADEIRA, M. Z. de A.; COSTA, R. G. da. AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 EM FORTALEZA/ CEARÁ. **Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 329–339, 2013. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1412>. Acesso em: 23 jun. 2023.

MADEIRA, M. Z. de A. Questão racial e opressão: desigualdades raciais e as resistências plurais na sociedade capitalista. In: **Revista Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 21-31, jan./abr. 2017.

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



MARINHO, C. H. JUVENTUDES: trajetórias, experiência e reconhecimento em tempos de crise da sociedade do Capital. **Revista de Políticas Públicas da UFMA**, São Luís, Número Especial, p. 295-303, 2016. Disponível em: <<http://periodicoseletricos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5980/3612>>. Acesso em: 7 maio 2023.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção política da morte**. Traduzido por Renata Satini. São Paulo: 1. ed., 2018.

MORETIN, A. M. AS JUVENTUDES: CONCEITOS SOB AS PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS. **Revista Eletrônica Ensino de Sociologia em Debate**, Londrina, v. 1, ed. 9, p. 01-24, 2019. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/9%20Edicao/ARTIGO_ANTONIO.pdf. Acesso em: 10 maio 2023.

MOURA, C. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

SILVA, I. M. F. da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil: Fundamentos sócio-históricos**. 2º ed. Campinas, SP: Papel Social; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2014.

VALENZUELA, J. M. **Juvenicidio: Ayotzinapa y las Vidas Precarias en América Latina y España**, NED Ediciones. Barcelona, 2015.

PROMOÇÃO



APOIO